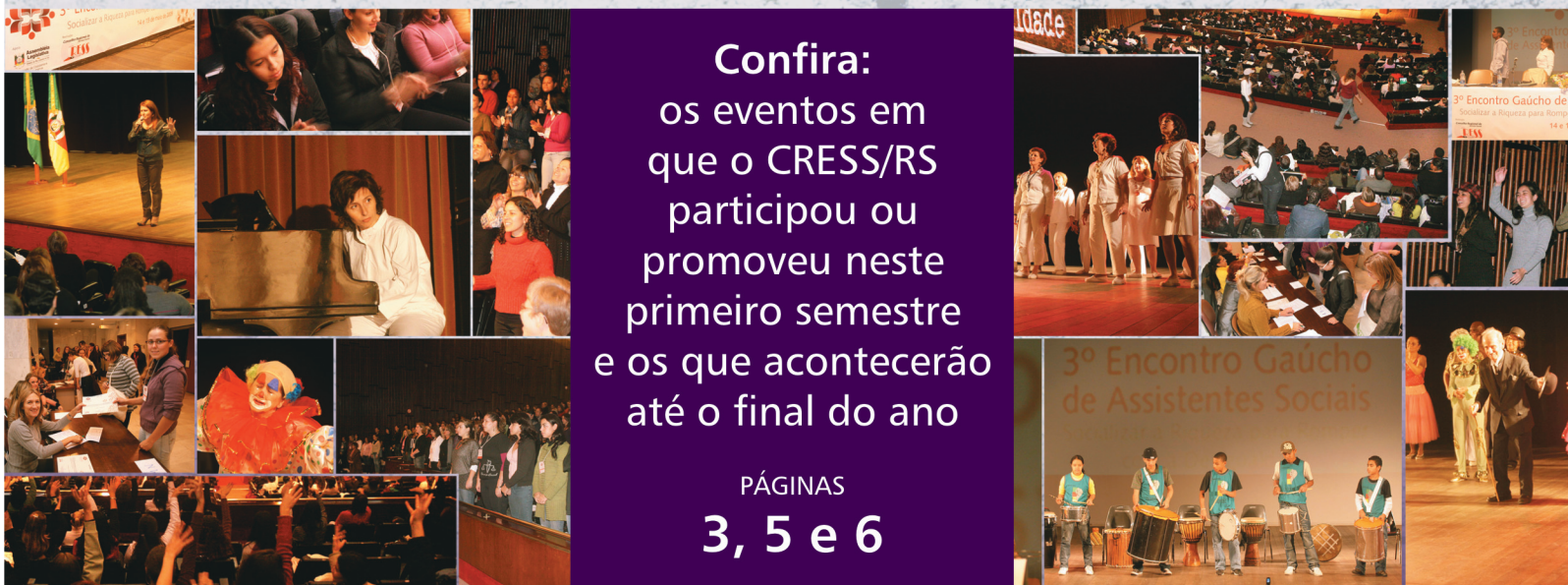




3º Encontro Gaúcho de Assistentes Sociais

Socializar a Riqueza para Romper
com a Desigualdade



Confira:
os eventos em
que o CRESS/RS
participou ou
promoveu neste
primeiro semestre
e os que acontecerão
até o final do ano

PÁGINAS
3, 5 e 6

■ O que o CRESS faz
pela categoria

PÁGINA **7**

■ CRESS na Luta:
Doação e Transplante
de Órgãos

PÁGINA **14**

DIRETORIA

Presidente: Fátima R. Carlos Saikoski

Vice-Presidente: Márcia de Almeida Rodrigues

1ª Secretária: Luciane da Silva

2ª Secretária: Iandara Costa da Silva

1ª Tesoureira: Elisabete Ramos Glassmann

2ª Tesoureira: Carla Magali Capitanio

Suplentes:

Ilva Ina S. da Cunha; Renata Elizabeth A. Henriques;
Thaís Teixeira Closs; Denise Terezinha Z. Rossetto

CONSELHO FISCAL

Titulares:

Anahí Marques Melgaré; Cláudia Tellini Victolla;

Andréa Mantese Paul

Suplentes:

Márcia Bertuol; Ângela Maria Fenner

SECCIONAL DE CAXIAS DO SUL

Coordenadora: Eleni Raquel da S. Tsuruzono

Secretária: Genessy Gema Bertolini

Tesoureira: Marta Janete C. de Medeiros

Suplentes:

Viviane Guedes Tramontin; Daiane Cristina Lorandi;

Jeanine Cavalcanti Jeremias

SECCIONAL DE PELOTAS

Coordenadora: Licelma Pontes Schaefer

Tesoureira: Elicia Rodrigues da Silva

Secretária: Sílvia Helena da S. Chaigar

Suplentes:

Maria Beatriz Reissig; Suzana Caetano Gonçalves;

Alisson Saggiomo Juliano

COMISSÃO DE DIVULGAÇÃO E IMPRENSA

Fátima Regina Carlos Saikoski

Jornalista Responsável:

Vanessa Martins – MTB/RS 11.584

Fotos: arquivo CRESS/RS, Stock.XCHNG, Stockxpert

Editoração: Jonas Furlan

Impressão: Gráfica e Editora Vitória Régia

Tiragem: 5.300 Exemplares

GRESS Informa:

Martinscomunic

Assessoria em Comunicação

vanessa@martinscomunicacao.com.br



Gestão

“Acesser – Avançando na Caminhada”

Rua André Belo, 452 - 1º andar

Menino Deus - Porto Alegre/RS

CEP 90110-020

Fone/Fax: (51) 3224.3935 / COFI - 3225-3618

cress10@terra.com.br

Opção ecológica - O CRESS/RS procura fazer a sua parte na luta pela preservação da natureza: adotamos o uso do papel reciclado em todas as publicações.

O encerramento do 3º Encontro Gaúcho de Assistentes Sociais em clima de muita alegria e boas vibrações nos transmite a certeza de que é preciso “Avançar na Caminhada”. Avançar no processo de organização e mobilização da categoria, no investimento em Capacitação e Educação Permanente, na possibilidade de espaços de visibilidade social e de reconhecimento público do nosso protagonismo nos processos de construção e implementação das políticas públicas e de afirmação de direitos individuais e coletivos.

Sabemos que o atual momento é instigante e desafiador. Com as Unidades de Ensino, Supervisores Acadêmicos e de Campo, estamos construindo estratégias para que a implementação da Resolução CFESS 533/08 alcance o seu objetivo no combate à precarização do ensino. Estamos investindo na construção dos parâmetros de atuação na Política de Saúde, atendendo à uma antiga demanda. Também vivenciamos um singular momento para o nosso trabalho na Política de Educação, especialmente com o avanço da tramitação do Projeto de Lei que cria o cargo de assistente social e psicólogo nas escolas de educação básica, além do enfrentamento das questões do Exercício Profissional no campo Sócio-Jurídico. Assim como nossa efetiva participação no processo de mobilização social para a aprovação do Projeto de Lei que estabelece a carga horária de 30h semanais para a profissão e a determinação na luta pela realização de concursos públicos. O êxito destas ações depende de todos e de cada um. Da capacidade intransferível de sentir-se inquieto, desconfortável, provocado.

É preciso unir forças e contar com entidades fortes e representativas da categoria, repudiando qualquer tentativa de fragmentação e de desrespeito às nossas instâncias deliberativas. A ação judicial movida pelo Sindicato dos Assistentes Sociais no Estado do RS con-

tra o CRESS questiona a legitimidade da Assembleia Geral da categoria para definir o valor das anuidades e, por conseguinte, a nossa Lei de Regulamentação. Equivocadamente judicializa a questão e distancia-se da tradição de organização coletiva da categoria. O procedimento de definição e o valor das anuidades estão sendo questionados por entidades e profissionais de várias categorias, não sendo portanto uma exclusividade do Serviço Social. Para encaminhar definitivamente a questão, encontra-se em processo de articulação pelo Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas junto ao Executivo Federal, Projeto de Lei que regulará a matéria.

É sabido que a viabilidade estrutural dos Conselhos está alicerçada no pagamento das anuidades, responsável por 90% da receita, o que torna possível a execução do Plano de Metas, também aprovado na Assembleia Geral. O resultado da ação poderá ameaçar a execução do Plano de Metas e comprometer irremediavelmente a defesa do nosso Exercício Profissional. Porém, o prejuízo deste processo não é meramente financeiro, eis que alija os assistentes sociais gaúchos do seu protagonismo, transferindo ao Poder Judiciário, ao final da ação, a definição do valor da anuidade.

A Diretoria Executiva reafirma seus compromissos e permanecerá empenhada na defesa do cumprimento da nossa Lei de Regulamentação, que define a Assembleia Geral como instância máxima para deliberação da categoria. Convidamos os assistentes sociais gaúchos para esta reflexão, com a certeza de que com serenidade e responsabilidade encontraremos o melhor caminho para o coletivo desta categoria.

Gestão ACRESSER

Avançando na Caminhada (2008-11)

Edital de Convocação

O CRESS - 10ª Região convoca os Assistentes Sociais para a Assembleia Geral a ser realizada no próximo dia 02 de julho de 2009, às 18h30min em Primeira Chamada e em Segunda Chamada às 19h na sede do CRESS/RS, sito na Rua Cel. André Belo, 452, 1º andar, para tratar da seguinte pauta:

1. Escolha dos Delegados para participação no Encontro Descentralizado-Região Sul e no Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS.
2. Assuntos Gerais.

Porto Alegre, 01 de junho de 2009.

Fátima R. Carlos Saikoski

AS nº 3394 - CRESS 10ª Região

Presidente

1ª reunião do Conselho Pleno Ampliado aprova Projetos de Capacitação

Os Núcleos de Assistentes Sociais vinculados ao CRESS/RS (NUCRESS) participaram da 1ª reunião do Conselho Pleno Ampliado, ocorrida no dia 23 de abril, em Porto Alegre. Este processo de participação dos Coordenadores dos NUCRESS em reuniões do Conselho Pleno é uma inovação do Plano de Metas para 2009 e deverá ocorrer novamente nos meses de agosto e novembro. Além dos Conselheiros e das Seccionais que regularmente participam das reuniões mensais do Conselho Pleno – instância de deliberação do CRESS – as Assessorias também contribuirão nas discussões e esclarecimentos apresentados, assim como no processo de integração com os NUCRESS. Na pauta foram abordadas a questão da adequação das despesas e receitas do CRESS para este ano, em especial a Ação Judicial movida pelo Sindicato dos Assistentes Sociais no Estado do RS (Sasers) contra o CRESS/RS; os Projetos de Lei de interesse da categoria como o PLC 30 horas e o PLC que insere o Assistente Social e o Psicólogo nas Escolas de Educação Básica; e um

breve relato sobre a intensa agenda de eventos e discussões deste ano, tanto interna ao Conjunto CFESS/CRESS (ver quadro abaixo) como externa com a realização das Conferências de Assistência Social (municipais, estadual e nacional).

A pauta especial desta 1ª reunião do Conselho Pleno Ampliado, entretanto, era a apresentação do parecer elaborado pelas Comissões de Formação e Gestão Administrativo-Financeira que avaliou os Projetos de Capacitação encaminhados ao CRESS/RS. Dos doze NUCRESS existentes no Estado, sete encaminharam projetos (Gravataí, Ijuí, Carazinho, São José do Norte, Santa Maria, Amuce-



leiro e Litoral Norte) visando recursos previstos no Plano de Metas para este exercício. Esta é uma iniciativa exitosa que neste ano recebeu aumento significativo de recursos (R\$ 30 mil reais) e busca possibilitar aos assistentes sociais do interior do Estado, acesso a processos e ações de atualização e capacitação profissional.



agenda de eventos 2009

Acompanhe informações sobre as atividades de interesse da categoria no site do CRESS/RS.

- 08, 09 e 10 de junho, em Olinda/PE - Seminário Nacional da Saúde
- 17 e 18 de julho, em Curitiba/PR - Encontro Descentralizado (Região Sul)
- 13 e 14 de agosto, em Porto Alegre - Seminário Estadual do Campo Sócio-Jurídico
- 06 a 09 de setembro, em Campo Grande/MT - Encontro Nacional do

- Conjunto CFESS/CRESS
- 25 e 26 de setembro, em São Paulo/SP - Comemorações pelos 30 anos do Congresso da Virada
- 29 e 30 de outubro, em Cuiabá/MS - Encontro Nacional Sócio-Jurídico
- Além disso haverá a realização de Conferências de Assistência Social (Municipal, Estadual e Nacional).

Pesquisa avaliará mercado de trabalho dos assistentes sociais

O CRESS/RS, em parceria com a pesquisadora da PUC/RS Dra. Gleny Guimarães, está preparando uma pesquisa sobre o mercado de trabalho dos assistentes sociais. Deverão ser contemplados diversos tópicos, entre eles, a abordagem do mercado de trabalho sob a perspectiva de apreensão das condições por meio das quais se materializa o exercício/trabalho profissional dos assistentes sociais; apreensão das condições de materialização do projeto profissional, ou seja,

foco para a mediação do mercado de trabalho (tensão entre trabalho concreto e abstrato); enfoque para a resolução das condições éticas e técnicas do exercício profissional, buscando apreender como ou se o mercado de trabalho tem garantido tais condições; analisar os projetos, propostas de trabalho nos espaços sócio-ocupacionais, ou seja, as respostas profissionais; apreender as concepções e o entendimento dos profissionais sobre as atribuições privativas e

competências (Lei de Regulamentação) frente às demandas dos espaços sócio-ocupacionais.

A pesquisa deverá ser respondida através de um programa eletrônico, disponibilizado no site do Conselho, através de Correio, ou ainda, diretamente nos NUCRESS. Para incentivar a participação dos profissionais, haverá o sorteio de um presente entre os participantes. Aguarde mais informações no site www.cressrs.org.br.

ESTAMOS DE OLHO



Diante do significativo aumento da demanda de Estudos Sociais solicitados aos assistentes sociais pelo poder judiciário nas comarcas do interior do Estado, onde não há assistente social judiciário, acredita-se ser de suma importância a preparação, orientação e qualificação desses profissionais para cumprimento de tal tarefa. A Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI) tem recebido mensalmente cerca de quarenta “representações ou denúncias” contra profissionais que têm demonstrado “dificuldades ou fragilidades” na elaboração do documento, seja ele Laudo Social, Parecer Técnico ou Relatório Social.

Neste sentido, a fiscalização tem sido preventiva, orientando e promovendo reflexões no campo ético e técnico, especialmente quanto ao conteúdo e forma destes documentos. Observa-se que em diversas situações, além de trazerem prejuízos aos usuários, causam por vezes, impressão pejorativa. É imprescindível que o assistente social tenha clareza da relevância dos aspectos técnicos, através da análise, estudo e interpretação da realidade e respectivo contexto a ser avaliado. Percebe-se que este valioso instrumento técnico, por vezes, restringe-se a uma descrição da situação e/ou condições socioeconômicas. Ressalta-se que há diferença entre a nomeação ser endereçada ao assistente social da administração pública (prefeituras, secretarias, etc) e, quanto a nomeação ser dirigida ao assistente social não vinculado a

órgãos da administração pública. Para o primeiro caso, o Estudo Social deverá ser realizado, uma vez que se trata de obrigação institucional, e não pessoal. Em caso da não realização, é o próprio representante do poder público que deverá informar ao juiz. Contudo, para o caso da realização, se esclarece e orienta o profissional que a atuação se dê no horário de trabalho e que estejam garantidas as condições necessárias para a realização do referido documento com eficiência e qualidade (horários, transporte, local...). Presume-se, ainda, que deverá haver combinações e acertos entre o profissional e a administração pública. Em caso de necessidade, o profissional deverá buscar orientações junto à assessoria jurídica do município. Reuniões e contatos prévios com juiz, promotor e órgão empregador são importantes para encaminhar de forma adequada as situações, visto a realidade de trabalho de cada município, com suas peculiaridades e dificuldades específicas. Deve ser assegurado que a atividade seja realizada por profissional devidamente habilitado, em conformidade com a Lei de Regulamentação da Profissão, como também o resguardo do profissional em sua atuação, com vistas à garantia da qualidade dos serviços prestados, atendendo a legislação vigente, como estabelece o artigo 3º - alínea a, do Código de Ética Profissional. Nos casos em que o assistente social é intimado nominalmente e não esteja vinculado ao Poder Público, poderá informar ao juiz que fará o

Estudo Social fora do seu expediente de trabalho, mediante pagamento de honorários, anexando a tabela disponível no CRESS. Ainda neste caso, quando intimado a fazer Estudo Social e, não tendo condições de fazê-lo, no prazo de cinco dias, deverá responder ao juiz informando-lhe a impossibilidade ou justificativa da escusa e, sugerir que o mesmo requirite os serviços do assistente social judiciário da comarca mais próxima.

Todos os encaminhamentos e procedimentos junto ao poder judiciário deverão ser oficializados e protocolados, com o objetivo do profissional precaver-se quanto a possíveis e eventuais situações adversas. Quanto aos prazos que devem ser atendidos, pode o profissional solicitar formalmente ao juiz a prorrogação, desde que haja um motivo relevante. A não manifestação para as nomeações judiciais pode caracterizar-se como *infração ética*. Importante conhecer a legislação pertinente – Lei de Regulamentação da Profissão, Código de Processo Civil, art.145 e seguintes e art. 421 e seguintes e Código de Ética Profissional. Assim, a importância da qualificação permanente do profissional se faz necessária no enfrentamento das questões que se apresentam diariamente no campo de atuação do assistente social. As visitas de rotina ou de fiscalização realizadas pelas agentes fiscais do CRESS contribuem para a reflexão do processo de trabalho embasada no Projeto Ético-Político.

Outras ações da COFI

De janeiro a abril de 2009, foram realizadas vinte e seis visitas institucionais, incluindo duas viagens ao interior. Nestas visitas são também verificadas as condições de trabalho

e atribuições do profissional. No mês de maio a COFI visita a região de Frederico Westfalen (compreendendo em média trinta municípios), onde serão visitados, aproximadamente,

cinquenta espaços de atuação profissional com diferentes demandas. Estão programadas para o segundo semestre de 2009 visitas às regiões de Santa Maria e Cruz Alta.

A voz do Conselho

No Dia do Assistente Social, 15 de maio, o CRESS/RS lançou mais uma ferramenta de comunicação, que visa dar voz à direção do Conselho. É o informativo “Expressão”, que será veiculado de forma eletrônica e disponibilizado para download no site do CRESS. “A idéia era ter um material mais opinativo, em que a diretoria pudesse colocar seu ponto-de-vista sobre questões emergentes no âmbito do Serviço Social”, comenta a presidente Fátima Carlos Saikoski. Nesta edição número 1, fala sobre a ação judicial sofrida pelo Conselho e da importância do fortalecimento de nossas entidades representativas.



Comissão de Formação realiza Seminário Estadual sobre Estágio Supervisionado em Serviço Social

A Comissão de Formação do CRESS/RS promoveu no dia 30 de março o 1º Seminário Estadual de Supervisão de Estágio Profissional em Serviço Social. O evento ocorreu no Centro Universitário Metodista - IPA e foi planejado e operacionalizado pelo CRESS/RS em parceria com ENESSO, IPA, PUC/RS e Unisinos.

A mesa “Estágio Supervisionado na Formação Profissional em Serviço Social. Em Cena: Supervisores e acadêmicos” com a supervisora acadêmica da Unisinos Prof^{ta} Dra. Marilene Maia; a supervisora de campo Miriam Fonte Marques, assistente social do Hospital de Clínicas de Porto Alegre e a representante da ENESSO (Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social) Fernanda de Lima,

abordou a triangulação na qual se assenta a supervisão direta. O segundo momento foi de trabalho em grupos, com o tema “Efetivação das Diretrizes e normativas do Estágio Supervisionado em Serviço Social. Qual o nosso papel?”, que evidenciou a busca por uma aproximação e apropriação das legislações referentes ao estágio.



À noite, a mesa “Estágio Supervisionado, Formação e Exercício Profissional em Serviço Social: Desafios e estratégias para a defesa e consolidação do Projeto Ético-Po-

lítico”, contou com a participação da presidente do CFESS Prof^{ta} Dr^a Ivanete Boschetti e a representante da ABEPSS Sul I Prof^{ta} Dr^a Alzira Lewgoy. As palestrantes problematizaram os aspectos conjunturais e também a trajetória de demandas e mobilização que culmina na Resolução de Estágio. Dois aspectos, em especial, mobilizaram os debates: o conceito de supervisão direta e o processo de acompanhamento do estágio não-obrigatório por parte das Unidades de Ensino.

Conforme os organizadores, “o tema mobilizou bastante os participantes, pois coloca em evidência processos de precarização na formação, dentre eles o estágio. Assim, a atual legislação emerge como instrumento de proteção de profissionais e estudantes”. Ponderou-se ainda sobre as dificuldades a serem enfrentadas na efetivação do que está previsto na legislação, o que requer processos de fiscalização e vigilância na sua execução, bem como a construção de uma política nacional de estágio.

Saúde: parâmetros de atuação

Na manhã do dia 14 de maio, o CRESS realizou uma reunião de trabalho para discutir com a categoria o documento encaminhado pelo GT Nacional da Saúde que estabelece, de forma preliminar, os parâmetros de atuação dos assistentes sociais na área da saúde. O GT Nacional é composto por conselheiros do CFESS e representantes de cinco regiões do país.

Em março, o GT apresentou o documento que foi aprovado no Conselho Pleno do CFESS e, posteriormente, disponibilizado para ampla divulgação.

A partir de então, o GT Saúde do CRESS/RS começou a fazer discussões para que a categoria pudesse se apropriar deste documento, que se encontra disponível para download no site.

Conforme explica a presidente do CRESS/RS Fátima Saikoski, este evento buscou atender orientação do CFESS. “As definições do seminário serão levadas ao encontro do conjunto CFESS/CRESS, que é o momento de deliberação do documento, construído portanto com a efetiva participação da categoria”.

Unisinos: curso de Serviço Social completa 25 anos

O CRESS participou das comemorações dos 25 anos do Curso de Serviço Social da Unisinos, com a presença da presidente Fátima Saikoski. "Na parceria que estabelecemos com o curso de Serviço Social da Unisinos, para além de nossa homenagem aos seus 25 anos, está o reconhecimento de uma trajetória de muita competência e determinação de toda sua equipe diretiva, seu corpo docente e discente e de todos os seus ex-alunos, agora profissionais do Serviço Social. Está o reconhecimento de sua inegável contribuição para o constante processo de construção do nosso projeto profissional, certamente na contramão dos movimentos de precarização do ensino que estamos vivenciando".

25
ANOS
**CURSO DE
SERVIÇO SOCIAL
UNISINOS**

Fórum sobre Indicadores Socioeconômicos e Políticas Públicas

Com o objetivo de oportunizar um espaço de aproximação e análise dos indicadores sociais e econômicos do Vale do Rio dos Sinos, em vista da proposição e monitoramento das políticas públicas, assim como do fortalecimento dos cidadãos e organizações na sua implementação e controle social foi realizado na Unisinos o Fórum sobre Indicadores Socioeconômicos e de Políticas Públicas no dia 29 de abril. O evento contou com a parceria do CRESS/RS.



Seminário sobre Crise, Políticas Públicas e Transferência de Renda

O CRESS/RS também participou do "Seminário sobre Crise, Políticas Públicas e Transferência de Renda", no dia 13 de maio. O objetivo foi promover o debate e a análise sobre a crise e os desafios postos às políticas públicas e aos programas de transferência de renda na contemporaneidade. O evento foi uma promoção do Instituto Humanitas Unisinos, o Curso de Serviço Social da Unisinos, o Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 10ª região e a Secretaria Municipal de Assistência, Cidadania e Inclusão Social - SACIS de São Leopoldo.



Aula inaugural do curso de especialização do CFESS

O CRESS/RS foi sede, no dia 4 de maio, da aula inaugural do curso de especialização à distância promovido pelo CFESS, ABEPSS e UnB em todo o Brasil. No Rio Grande do Sul, estão matriculados 28 alunos de todas as regiões do Estado. Em nível nacional são 914 estudantes das cinco regiões. A professora da Universidade Católica de Pelotas e tutora regional do curso Dra. Mara Rosange Medeiros conta que o grupo com o qual trabalha é bastante diverso e que a troca de experiências, mesmo que de maneira virtual, é intensa. "A experiência está sendo enriquecedora. O curso é bastante rigoroso e exige contato diário. Apesar da grande demanda de tarefas e do fato de os alunos serem trabalhadores, não

houve qualquer desistência. Estamos todos superando estas dificuldades".

De maneira geral, a avaliação dos tutores em todo o Brasil é de que o curso está se desenvolvendo positivamente, já que está alcançando seus objetivos. A expectativa é de que o curso seja concluído em agosto de 2010, quando serão apresentadas as monografias. O curso utiliza o sistema *moodle*, ferramenta utilizada pela UnB para Educação à Distância, que permite uma grande agilidade na troca de informações entre tutores, entidades e alunos.

Conselho forte e categoria unida garantem a defesa do Projeto Ético-Político

Os assistentes sociais vivem um momento importante para a sua categoria. No exercício profissional, convivem com a falta de condições adequadas para o desenvolvimento do seu trabalho, com a insuficiência de recursos para atender a crescente e diversificada demanda, com a precarização das funções do Estado na condução das políticas públicas, etc.

Na formação profissional, assistem à expansão de cursos presenciais e à distância descom-

promissados com a qualidade da reflexão que norteia o exercício profissional e com os princípios do Projeto Ético-Político. Neste sentido precisam estar atentos às medidas que possam resultar na precarização do Exercício Profissional, como por exemplo, a tentativa de fragilização do Conselho, através de ações que comprometem sua sustentabilidade. Veja nesta matéria algumas das situações em que o CRESS atua e que são cruciais para o fortalecimento da profissão.

COFI – mais que fiscalização, um espaço de acolhimento

A Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI) é um dos departamentos do CRESS que se depara diariamente com as questões do cotidiano dos assistentes sociais. Neste espaço, composto por duas agentes fiscais na sede, e mais duas nas seccionais de Pelotas e Caxias do Sul, os profissionais podem fazer denúncias de irregularidades nos espaços de trabalho em relação ao Exercício Profissional e no descumprimento do Projeto Ético-Político, um importante instrumento de defesa da profissão. Em sintonia com a Política Nacional de Fiscalização, a COFI também é um espaço de orientação e acolhimento, como aconteceu com a assistente social Andréia Ruaro, formada em 2003 pela Unisinos e especialista em Terceiro Setor pela FIJO/PUCRS (Fundação Irmão José Otão). Com uma visão empreendedora, a assistente social pensou em criar uma empresa de assessoria e consultoria em Serviço Social, mas não estava encontrando o foco do seu trabalho e não queria que sua proposta estivesse em discordância com o Projeto Ético-Político. “Não tinha a quem pedir ajuda, então pensei que o Conselho pudesse me dar esta orientação. Na COFI encontrei o suporte que eu precisava



para desenvolver o meu trabalho, já que as agentes fiscais possuem um olhar sobre a prática profissional que a gente só vai adquirir com o tempo. Foi muito importante esta atenção que recebi lá”, comentou.

Além da defesa do Exercício Profissional, através da efetivação da Política Nacional de Fiscalização, e da observância do Código de Ética, a COFI, por meio de suas agentes fiscais da sede, auxiliam a Comissão de Ética e Direitos Humanos na realização de edições do curso ÉTICA EM MOVIMENTO, que leva até os assistentes sociais em seu espaço de atuação a oportunidade de estar em permanente formação e atualização.

Secretarias dão o suporte necessário

De outra sorte, a Secretaria do CRESS, tanto na sede (três funcionários e um estagiário) quanto nas seccionais de Caxias do Sul e Pelotas (um funcionário cada), mantém a atualização de todos os dados relativos aos inscritos e a situação de regularidade que permite o exercício profissional no Estado, assim como o controle das representações do CRESS nos Conselhos de

Direito e de Políticas Públicas e da regularidade e funcionamento dos NUCRESS. Por meio da secretaria é que quase 100% as demandas dos assistentes sociais chegam ao Conselho e a partir dela que são encaminhadas para os respectivos departamentos, comissões, grupos de trabalho, diretoria, etc, seja presencialmente, por telefone, email ou site.

Outras frentes de atuação do CRESS:

1. Defesa da Democracia e das Políticas Públicas e de Direitos;
2. Defesa dos espaços de atuação profissional e de condições adequadas de trabalho;
3. Investimento na atualização e capacitação profissional;
4. Discussão sobre a precarização e mercantilização do ensino universitário;
5. Interiorização do CRESS mediante a consolidação e ampliação de núcleos municipais e/ou regionais no RS;
6. Articulação com entidades da categoria para realização de ações conjuntas visando o fortalecimento da profissão; e com entidades representativas de trabalhadores visando a defesa dos direitos de cidadania, da justiça social e da manutenção e/ou ampliação das conquistas do Serviço Social;
7. Articulação com outros Conselhos Profissionais e demais entidades parceiras, buscando estabelecer agendas de luta comuns, na defesa da implantação das políticas públicas e melhoria da qualidade dos serviços aos usuários.
8. Valorização, articulação e apoio às representações da categoria nos Conselhos de Defesa de Direito e de Políticas Públicas e de fóruns intersetoriais e profissionais;
9. Gestão junto ao Poder Executivo-Estado e Municípios, Poder Judiciário e Ministério Público para a realização de concursos públicos;
10. Fortalecer as comissões e GT's do CRESS/RS visando consolidá-los como espaço de discussão, participação e acúmulo da categoria por temas de interesse.

Trabalho do Assistente Social no SUAS

O CRESS/RS, representado pela conselheira tesoureira Elizabete Ramos, participou do seminário “O Trabalho do Assistente Social no SUAS”, nos dias 2 e 3 de abril, na cidade do Rio de Janeiro. Segundo ela, o evento proporcionou aos participantes reflexões e debates frente ao contexto atual da Política de Assistência Social, bem como o trabalho do assistente social com novos desafios no Sistema Único de Assistência Social. “As discussões contaram com profissionais que sinalizaram questões pertinentes ao papel do assistente social na luta histórica desta política, como também a qualidade do trabalho profissional nesta área, o fomento e integração da categoria junto aos movimentos sociais, a importância do exercício profissional na defesa da Política de Assistência Social e de outras políticas, na perspectiva da garantia dos direitos universais. Nestes momentos de reflexão e avaliação o evento contou com exposições de profissionais engajados e com profundos estudos da Política de Assistência Social, como as assistentes sociais Aldaíza Sposati, Berenice Couto e Ana Elizabeth Motta, dentre outras, que trataram de temáticas referentes ao processo de formação e do exercício profissional, tendo grande destaque o debate sobre a concepção da Política de Assistência Social como direito social a ser garantido e sua contradição ao chamado processo de assistencialização das políticas sociais no Brasil”. Elizabete também destacou a presença e participação de estudantes de Serviço Social trazendo contribuições no processo de construção de uma formação profissional de qualidade e em sintonia com os grandes debates da categoria. A conselheira também participou de discussões em temáticas específicas como, por exemplo, a exposição de profissionais com trabalhos relacionados a População em Situação de Rua. “Estas práticas foram apresentadas e debatidas com os palestrantes assistente social Lúcia Lopes e assistente social Jorge Muñoz que enfatizaram fatores importantíssimos para os profissionais diante do acesso aos direitos, as relações de trabalho e as condições éticas e técnicas na perspectiva da despreciação do setor público e qualidade dos serviços prestados, conforme preconiza a NOB/RH (Norma Operacional Básica de Recursos Humanos) de 2006”.

Código Eleitoral: GT Nacional

O CRESS/RS esteve presente também na 1ª reunião do GT Nacional de Revisão do Código Eleitoral, ocorrida no dia 4 de abril. O conselho gaúcho, representando a Região Sul neste espaço, acompanhou os trabalhos que, além do planejamento das discussões e definição das ações do grupo, debateu as últimas eleições ocorridas no Conjunto CFESS/ CRESS, especialmente a necessidade de ampliar a participação da categoria neste processo. Os integrantes do GT concluíram esta primeira etapa dos trabalhos sugerindo dois encaminhamentos:

1. A importância do constante processo de motivação dos profissionais para participação nos eventos promovidos e acompanhamento de todo o trabalho político do Conjunto CFESS/ CRESS;
2. A necessidade de buscar formas de facilitar o acesso da categoria ao exercício do voto. Neste sentido, o grupo discutiu a possibilidade de votar pela internet, como já fazem outras categorias profissionais, garantindo a segurança do processo e do voto secreto.

SAÚDE: articulação com outros Conselhos Profissionais

O CRESS/RS está participando ativamente da articulação do Fórum Permanente de Democratização da Saúde, composto pelos Conselhos Profissionais: CREFITO, CRN, CRP, COREN, CREF, CRFa, na discussão do PL 18/2008 que tramita na Câmara de Vereadores de Porto Alegre e que trata da criação do Departamento do Programa de Saúde da Família. Os Conselhos Profissionais já manifestaram sua contrariedade ao Projeto de Lei e conjuntamente encaminharam a COSMAM – Comissão de Saúde e Meio Ambiente, ofício destacando aspectos relevantes do Projeto que estão em desconformidade com a garantia da qualificação dos serviços prestados à população, tais como: a fragmentação da gestão da Atenção Básica; a falta de inclusão do NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família) enquanto potente estratégia para ampliar a abrangência e a diversidade das ações; a limitação da idade para acesso ao processo de seleção, em desacordo com a norma constitucional; o fato do Projeto não ter sido encaminhado ao Conselho Municipal de Saúde, configurando desrespeito a instância do Controle Social; entre outros. Acompanhe no site do CRESS/RS o desenvolvimento deste processo.

ASSISTÊNCIA SOCIAL: a luta pela implantação da NOB/RH-SUAS

O CRESS/RS, juntamente com os Conselhos Profissionais CRP, CREFITO, COREN e CRN, estão sendo convidados para discutir junto com o SIMPA (Sindicato dos Municípios de Porto Alegre), por meio do CORES (Conselho de Representantes Sindicais da Fundação de Assistência Social e Cidadania), estratégias conjuntas para a efetivação da Política de Assistência Social em Porto Alegre em conformidade com o SUAS, PNAS e a NOB-RH. Esta articulação objetiva o desenvolvimento de várias ações para garantir as condições éticas e técnicas para as práticas profissionais na busca da qualidade do atendimento ao usuário. Acompanhe no site do CRESS/RS o desenvolvimento deste processo.

Conferências de Assistência Social

Neste ano teremos a realização da VII Conferência Nacional de Assistência Social, que será realizada em Brasília/DF, de 30 de novembro a 3 de dezembro de 2009, e terá como tema geral “Participação e Controle Social no SUAS”. É preciso reafirmar a importância do Sistema Único de Assistência Social para garantir um avanço significativo na qualidade desta política pública. Assim o CRESS/RS convoca todos os Assistentes Sociais para participar ativamente do processo das Conferências Municipais, tanto na qualidade de trabalhador desta política, quanto na qualidade de cidadão, ambos protagonistas históricos e sujeitos deste processo de luta. O Texto Base da Conferência está disponível no site do MDS (www.mds.gov.br/cnas). Busque a informação sobre a data de realização da Conferência no seu município e participe.

3º Encontro Gaúcho de Assistentes Sociais

A terceira edição do Encontro Gaúcho de Assistentes Sociais aconteceu este ano nos dias 14 e 15 de maio, no Teatro Dante Barone da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Cerca de 700 assistentes sociais de todas as regiões do Estado estiveram presentes, além de estudantes e docentes de dezenas de instituições de ensino. Mas não foi somente o número de participantes que aumentou: o evento foi marcado pela diversidade e democratização da participação nas mesas e painéis, além de atividades paralelas como vivência em arteterapia, ginástica laboral e atrações culturais que emocionaram o público. Confira a seguir um resumo das atividades:

Foto: arquivo pessoal Fátima Sampaio

"A participação da categoria, vinda de todos os lugares, é maravilhosa. A experiência que levamos é resultado desta interação. Saímos do nosso 'mundo' e percorremos outros caminhos, que certamente não estão desvinculados do que traçamos, mas com a participação visualizamos e nos capacitamos, para retornarmos atualizadas, fortalecidas e inseridas na categoria. A parte cultural e laboral não só abrilhantou o evento, mas nos fez relaxar".
Fátima Sampaio e Rosana Pozzobon, assistentes sociais da Companhia Rio-grandense de Saneamento (CORSAN)



Fotos: Mauro Schaefer



Abertura

A conselheira do CFESS Maria Bernadette Medeiros chamou a atenção para o tema deste ano: socializar a riqueza para romper com a desigualdade. “Este tema lembra o memorável Congresso da Virada, que completa 30 anos, e que foi um marco fundamental de construção do nosso projeto ético-político. São 30 anos de ousadia, coragem e compromisso com as lutas sociais. Somos cerca de 85 mil assistentes sociais no Brasil, atuando em diferentes espaços sócio-ocupacionais que se deparam cotidianamente com as mais diversas formas de desigualdade, violência e opressão. As demandas que nos chegam são expressões vivas e humanas desta condição de desigualdade imposta pelo modo de produção.”

A professora Alzira Lewgoy, representante da ABEPSS Região Sul I, lembrou que no dia 15 de maio a instituição estará lançando o documento base que dará origem à Política Nacional de Estágio. “O objetivo é discutir com unidades de formação acadêmicas públicas e privadas os dilemas do Estágio Supervisionado no contexto das novas regulamentações do Congresso Nacional, constituindo mais uma orientação para barrar a expansão da desqualificação da formação seja ela presencial, sobretudo à distância. Neste sentido serão constituídos os grupos de trabalho na ABEPSS, dinamização da revista *Temporalis* e o Plano de Lutas contra a precarização do Ensino Superior e em defesa da qualidade do trabalho e da formação profissional. A defesa da formação e seus impactos sobre o exercício sem dúvida é uma

das principais bandeiras de luta da categoria neste momento”.

Luiz Felipe Melo Balhego, estudante da PUCRS e coordenador regional da Enesso também falou sobre o tema do encontro. “A nossa capacidade de organização e de ocupação dos espaços de discussão política também passa por este tema. Nós na Enesso sabemos da dificuldade que temos em nos organizar, em comparecer a eventos como este, mas tudo isso é fruto do contexto político que temos. Apesar disso, é preciso participar em todos os espaços de luta. Hoje eu estou com a cara pintada, porque nós precisamos atuar em todos os movimentos, neste caso, contra a corrupção no governo do Estado e para que este tenha uma política de respeito aos movimentos sociais. No atual contexto de crise, a luta do Enesso é garantir a permanência do estudante na universidade e não só isso, para que o conhecimento dele possa ser revertido para a sociedade e não para as grandes empresas. Temos consciência de que a educação está precarizada em todos os níveis, não somente no EAD”.

Painel “Socializar a riqueza para romper com a desigualdade”

A assistente social e professora da Universidade de Caxias do Sul Dra. Mara de Oliveira levantou duas grandes questões. “A primeira: considerando o tema a ser discutido, é possível erradicar a pobreza e acabar com a desigualdade no capitalismo? Acredito que não é possível erradicar a pobreza e socializar a riqueza na sociedade capitalista. Existe uma lógica que vende a idéia de que isto é possível e os organismos internacionais têm sido muito competentes na venda desta lógica. A desigualdade é a principal causa da pobreza e também da violência, conforme demonstra o Banco Mundial. Outra inverdade é que o crescimento econômico gera a erradicação da pobreza. A história brasileira nos mostra que em vários momentos fizemos crescer o bolo, mas isso não significou a diminuição da desigualdade. Se quisermos diminuir a desigualdade no contexto capitalista, é preciso aliar o crescimento econômico a políticas como geração de emprego, aumento de salários, educação, saúde, moradia e transporte de qualidade, além de outros indicadores.

A segunda questão: Não há alternativas, não há o que fazer? Existem três caminhos: os dois primeiros não querem romper com a pobreza e com a desigualdade, mas querem com certeza melhorar a qualidade de vida das pessoas. O primeiro é a certeza de que a política econômica em vigor que temos hoje é a única forma de retomada do crescimento, do desenvolvimento econômico e da sobrevivência do país. O segundo é pensar que podemos reformar o capitalismo, no sentido de deixá-lo menos selvagem, mais humano, como se não fossem questões inerentes do capitalismo. O terceiro é continuar

“Ficou claro para mim os desafios que temos de enfrentar para fazer funcionar a Política de Assistência Social. É preciso ter consciência crítica para amenizar a pobreza no país. Mas não podemos desistir, temos que estar sempre refletindo sobre a nossa profissão”.
Adauton Müller, trabalhador do CAPS da Prefeitura de Santiago e estudante de Serviço Social da UNOPAR no 5º semestre.





defendendo o Projeto Ético-Político Profissional”.

A Dra. Vini Rabassa da Silva, coordenadora do Mestrado em Políticas Sociais da Universidade Católica de Pelotas, falou sobre as causas da pobreza. “Muito se fala sobre a pobreza, mas há poucos estudos sobre as causas dela, assim como das formas de acumulação da riqueza. O Brasil é um dos países onde a desigualdade entre os mais pobres e mais ricos é mais profunda. Apesar das políticas para reduzir esta desigualdade, o quadro continua o mesmo, segundo pesquisas do IPEA. Uma simulação feita pelo PNUD realizada em 2005 revelou que a transferência de 5% da renda dos 20% mais ricos do país para os mais pobres seria capaz de retirar 26 milhões de pessoas da linha da pobreza e reduzir a sua taxa de 22% para 7%. Apesar disso, o neoliberalismo conseguiu naturalizar a desigualdade ao identificá-la como meritocrática, ou seja, ao justificar que cada indivíduo recebe de acordo com o que produz para o bem coletivo ou que cada pessoa está na posição que pode desempenhar. Diante disso, a cidadania não pode mais ser entendida apenas como um conjunto de direitos civis, humanos e sociais. Ela tem que significar o direito de participar onde se expressam as relações de poder, a sociedade tem que saber intervir onde o Estado está se mostrando incapaz, não para substituí-lo, mas para responsabilizá-lo”.



“Me sinto humilde diante desta grandeza. Vejo como é importante este intercâmbio, a troca de energia e de experiência, e o quanto a gente tem que se apaixonar pelo que faz”.
Daniela Modesto, assistente social da prefeitura de Maquiné, Litoral Norte.

Painel “Saúde do Trabalhador: um olhar sobre o assistente social”

A assistente social e professora Jaqueline Domingues da Costa, especializanda em Saúde do Trabalhador pela PUC/RS, fez um apanhado da legislação que envolve a área e falou sobre a estrutura institucional da saúde do trabalhador em âmbito regional, especialmente sobre o trabalho desenvolvido pelo Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) no Estado. “A política de saúde do trabalhador é recente, pois é a última a ser implantada pelo SUS. A sua Política Nacional entra em vigor a

relatou a experiência interdisciplinar, a partir da UPF, quando foi observado no trabalho de campo o adoecimento dos trabalhadores e a forma como vinham sendo tratados pelos postos de saúde da região. “Iniciamos em 2007 este projeto de extensão junto às comunidades, em articulação com sindicatos e conselhos. Nos disponibilizamos a ficar nos postos de saúde e ouvir as pessoas que iam buscar atendimento. A maioria dos que estavam de licença ou que saíram de seus empregos vinham de empresas



partir de 2004 e tem como missão reduzir os acidentes e doenças relacionadas ao trabalho. O assistente social trabalhador muitas vezes se encontra num ambiente precário e perverso de trabalho, enfrentando problemas como assédio moral e lesões por esforços repetitivos. Apesar disso, muita coisa podemos fazer: sensibilização para a notificação dos casos de assédio moral, criação de espaços de discussão sobre o assunto, entre outros”.

A assistente social Ms. Clenir Maria Moretto, professora da Universidade de Passo Fundo,

refrigeríficas da região, que são geridas por multinacionais. Trabalhamos fazendo visitas domiciliares e grupos, onde descobrimos que estes trabalhadores, cerca de 20 a 25 famílias, eram trabalhadores destes frigoríficos, alguns localizados muito longe de suas residências, exigindo muitas horas de transporte. Além disso, foi identificado que o trabalho era repetitivo, pesado e com controle de horas, com relações de trabalho difíceis e supervisores muito controladores. Observamos junto a Justiça do Trabalho que o número de ações relativas a estas empresas são alarmantes, principalmente por causa da LER. Estas empresas são autuadas, mas mesmo assim compensa produzir no Brasil, já que o Estado brasileiro só se limita a aplicar multas. O que foi mais gritante neste trabalho não é a maneira como as empresas adoecem as pessoas, mas a indiferença quanto às suas necessidades e anseios”.



"A Saúde do Trabalhador foi um tema especialmente importante para mim, já que tem relação com meu trabalho. E este espaço de troca, de encontro, de confraternização é muito importante, pois nos fortalece enquanto categoria, ainda mais por ser a nível estadual".

Margarete Alessandrini, assistente social da Secretaria de Administração da Prefeitura de Porto Alegre.

A Dra. Jussara Maria Rosa Mendes, professora coordenadora do Programa de Pós-Graduação da PUC/RS, que trabalha há muitos anos na área da saúde do trabalhador, relatou sua experiência que ela define como militante. "Minha experiência começou no CIAST, o primeiro centro de referência em saúde do trabalhador, na vila IAPI. Tanto a área da saúde quanto a área do trabalho são complexas. Juntar as duas é um desafio e nos exige um debruçamento maior. Nenhuma área hoje dá conta da saúde do trabalhador, nem medicina, serviço social, psicologia ou enfermagem. Nós precisamos acumular saberes para atender este trabalhador na sua integralidade, de acordo com o que preconiza o SUS. É neste ponto que o Serviço Social pode contribuir muito, pois traz na sua base a interdisciplinaridade. Eu trabalho na universidade, no NEST (Núcleo de Estudos em Saúde do Trabalhador) que está completando 10 anos, e que desenvolve diversas pesquisas, uma delas no âmbito do Mercosul, chamado Colsat-Mercosul. Nós trabalhamos com uma realidade de diversidade, onde cada país tem sua realidade".

Painel "SUAS: Processo de Implementação no RS"

Conhecer o olhar dos diferentes atores sobre a implementação do SUAS no Estado foi a proposta do painel. A secretária de Assistência Social e Habitação de Candelária Leandra Bittencourt Sartori trouxe o exemplo que tem se mostrado bem-sucedido em sua administração. Cidade localizada a 196 Km de Porto Alegre, segundo Leandra, Candelária sofre com questões como tráfico de drogas e criminalidade, por estar em um entroncamento rodoviário. "Nosso compromisso é com a implementação do SUAS.

Na nossa experiência prática, procuramos trabalhar em rede, articulados com as Secretarias de Educação e de Saúde, Gabinete da Primeira Dama, Conselhos de Assistência Social, do Idoso e Tutelar, Ministério Público, Defensoria, Brigada Militar, enfim, todos envolvidos com a construção de Políticas Públicas para o Município. Os projetos sociais desenvolvidos em parceria com o Gabinete da Primeira Dama são todos de inclusão social e que resgatam a dignidade das pessoas. Nós temos grupos de mulheres rurais, o Projeto Acreditar que envolve 130 crianças no contra-turno da escola, o projeto Banco da Sucata, oficinas de todas as áreas e o Mutirão da Cidadania, enfim, o usuário é envolvido em todos os projetos, fazendo parte, contribuindo também na busca pela sua qualidade de vida. O Baile dos Sonhos, um projeto que envolve adolescentes do Bolsa Família, com quem trabalhamos intensamente o ano todo e ao final realizam um baile de debutantes, em prol destas famílias em situação de vulnerabilidade social, que já está na sua 5ª edição; hortas comunitárias e hortas de flores; além dos programas do Governo Federal Bolsa Família, PAIF, PETI, Sentinela, PROJovem, Emancipar, Grupos de Mães de Crianças de zero a seis anos e de Melhor Idade e uma marcenaria municipal que profissionaliza".

Maria da Graça da Silva Pereira, assistente social do Município de Balneário Pinhal e

representante do NUCRESS Litoral Norte (que abrange os municípios da região) destacou que o papel do assistente social está dentro da nova visão que integra a Política Nacional de Assistência Social, que realiza a proteção social ativa, isto é, não submete o usuário ao princípio da tutela, mas à conquista de autonomia, resiliência e sustentabilidade, protagonismo, acesso a oportunidades, capacitações, serviços, condições de convívio e socialização de acordo com sua capacidade, dignidade e projeto pessoal. "O profissional tem que estar sempre pensando na sua postura ética, cuidar sobre a questão do sigilo, da exposição do usuário, enfim, temos que estar sempre revendo nossas práticas e incluindo os invisíveis, ou seja, aqueles que ninguém quer ver ou resolver os seus problemas. Atentar também para o que o usuário tem e não somente para suas faltas; outro olhar sobre a família, entre outros".

A assistente social Ms. Léa Maria Ferraro Biasi, representante do Fórum Estadual de Assistência Social Não-Governamental do Rio Grande do Sul, falou coletivamente em nome do Fórum, criado nos anos 90. "Trata-se de um espaço de articulação e organização da sociedade civil que está comprometida com a defesa da Política de Assistência Social. As principais atividades são articular as organizações da sociedade civil que se dedicam à assistência social para a implementação da LOAS no RS, lutar pela garantia de direitos e prestação de serviços com qualidade, controle social democrático. Nesta caminhada pela implementação do SUAS, acreditamos que existem grandes avanços, mas vou destacar alguns problemas: nos deparamos, em período eleitoral, em âmbito municipal, com declarações de prefeitos e gestores que nos preocupa muito, já que fica aparente o desconhecimento sobre a LOAS, o SUAS, etc. Então, a cada nova gestão, os assistentes sociais precisam fazer este trabalho de apropriação do que é assistência social, etc, tornando-se uma atribuição quase permanente. Outra questão é o desconhecimento da NOB-RH, que defende o



investimento em Recursos Humanos para a qualidade do trabalho a ser desenvolvido. Uma preocupação, que também é discutida no Fórum, é o fato de que, em muitos CRAS em todo o Brasil, são as Primeiras-Damas que dirigem estes espaços. É preciso que haja formação na área para a demanda que é exigida. Ainda, a falta de prazo na implementação da NOB-RH faz com que os gestores não se sintam pressionados em fazer cumprir suas determinações, dificultando a profissionalização desta área. O Fórum também se preocupa com a negação ou invisibilidade da Política de Assistência Social em âmbito estadual, em que o termo Assistência Social é comumente substituído por Desenvolvimento Social e Proteção Social. No site da Secretaria de Desenvolvimento Social e Justiça esta invisibilidade pode ser notada. O Fórum também denuncia a transferência de recursos públicos para entidades sociais de grande porte, que estão funcionando como gestoras de projetos sociais por meio do Programa Rede Parceria Social do Governo do Estado, e manifesta o seu desejo de que as famílias do Bolsa Família e do PAIF possam integrar o Programa Emancipar”.

Painel “O Serviço Social entre o novo e a novidade”

A assistente social Ms. Marla Kuhn falou sobre o Serviço Social e as práticas de saúde ambiental, trazendo a questão dos moradores do arquipélago de Porto Alegre, região onde 90% da população trabalha com reciclagem e que transportam o material em carroças ou os recebe do caminhão da coleta seletiva do lixo – são os recicladores. “São sujeitos sociais importantes para todos nós, porque buscam um projeto de sociedade mais equilibrada. As imagens trazidas (na sua apresentação) mostram as injustiças ambientais, pois as paisagens trazem elementos como os resíduos, catadores, trabalhadores sociais, degradação ambiental, contaminação do ar, ruídos intensos, inundações, vetores de doenças e perdas culturais. São elementos importantes para intervenção do serviço social dentro da saúde coletiva, mais especificamente, na saúde ambiental. Diante disso, quais as possibilidades para o serviço social? Como é trabalhar na



perspectiva da construção de espaços saudáveis e sustentabilidade nas relações sociais? É dizer para as pessoas separarem o lixo? Muito timidamente alguns colegas, assim como eu, estão fazendo isso. Estudar a paisagem e pensar nas suas alterações no cotidiano dos sujeitos que estão em determinado território ou instituição nos ajuda a identificar problemas da saúde e do ambiente que dizem respeito à nossa prática profissional”.

Outra área inovadora foi abordada pela assistente social Dra. Rosa Maria Castilhos Fernandes, que falou sobre Educação Permanente como estratégia para consolidação do Projeto Ético-Político do Serviço Social. “O ponto de partida para esta discussão é a reflexão crítica sobre o processo de trabalho, pois este é que pode indicar quais saberes são necessários ao assistente social para a provisão das necessidades demandadas pelo nosso usuário nos serviços. Observamos em diversas pesquisas a forte dimensão formativa que as situações e contextos de trabalho representam atualmente. Os espaços de trabalho são uma hipótese de formação profissional, que vai além

do espaço acadêmico e da educação formal. A diferença entre educação continuada e educação permanente é que a continuada é o conjunto de experiências que se seguem à formação inicial e que permite ao trabalhador manter ou melhorar sua competência, para que seja compatível com o desenvolvimento de suas responsabilidades. Mas aqui o que acontece é que muitas vezes o assistente social participa de uma capacitação e aquele conhecimento não é posto em uso no seu trabalho. Já a educação permanente parte da reflexão crítica sobre o processo de trabalho e se dá nos espaços de trabalho; o que está acontecendo no serviço e o que pode ser transformado. O Projeto Ético-Político e a Educação Permanente fazem parte de um projeto societário, daí a importância de estarmos construindo espaços formativos dentro dos espaços de trabalho”.



“O que mais me impactou neste 3º Encontro Gaúcho foi a importância das capacitações e do trabalho em equipe. Encontrar assistentes sociais de todo o Estado é um momento raro e muito gratificante. Adorei esta troca de experiências.”
Adriane Lauck, assistente social da Prefeitura de Taquara.

Doação de órgãos: Um ato de cidadania, um gesto de compaixão

O objetivo desta seção é contribuir com informações para que os assistentes sociais possam estar atentos às lutas dos movimentos sociais e dos direitos humanos, não exclusivamente como profissionais, mas como cidadãos. Aproveitando a cobertura da mídia, reforçamos a campanha pelo aumento de doadores de órgãos. Somente no Brasil, há mais de 50 mil pessoas na fila de espera por um órgão. Embora nosso país tenha tecnologia e infra-estrutura para dar conta desta fila, o que ainda dificulta que estas pessoas tenham uma chance de sobreviver é a falta de informação na hora em que há uma morte cerebral. Para ajudar



Quero ser doador. O que devo fazer?

Todos nós somos doadores, desde que a nossa família autorize. Portanto, a atitude mais importante é comunicar para a sua família o seu desejo de ser doador.

Quando podemos doar?

A doação de órgãos como rim, parte do fígado e da medula óssea pode ser feita em vida. Em geral, nos tornamos doadores em situação de morte encefálica e quando a nossa família autoriza a retirada dos órgãos.

Como proceder para doar?

Um familiar pode manifestar o desejo de doar os órgãos. A decisão pode ser dada aos médicos, ao hospital ou à Central de Transplante mais próxima.

O que acontece depois de autorizada a doação?

Desde que haja receptores compatíveis, a retirada dos órgãos é realizada por várias equipes de cirurgiões, cada qual especializada em um determinado órgão. O corpo é liberado após, no máximo, 48 horas.

que as famílias que acabam de perder seu ente querido possam tomar a decisão pela doação dos órgãos, é necessário que este assunto seja conversado em casa. Aqui vão alguns dados importantes para colaborar neste diálogo.

Quem pode e quem não pode ser doador?

A doação pressupõe critérios mínimos de seleção. Idade, o diagnóstico que levou à morte clínica e tipo sanguíneo são itens estudados do provável doador para saber se há receptor compatível. Não existe restrição absoluta à doação de órgãos a não ser para portadores de HIV/AIDS e pessoas com doenças infecciosas ativas. Em geral, fumantes não são doadores de pulmão.

Por que existem poucos doadores? Há medo de doar?

Uma das razões é porque temos medo da morte e não queremos nos preocupar com este tema em vida. É muito mais cômodo não pensarmos sobre isso, porque “não acontece comigo ou com a minha família”.

O que é morte encefálica?

É a parada definitiva e irreversível do encéfalo (cérebro e tronco cerebral), provocando em poucos minutos a falência de todo o organismo. É a morte propriamente dita. No diagnóstico de morte encefálica, primeiro são feitos testes neurológicos clínicos, os quais são repetidos seis horas após. Depois dessas avaliações, é realizado um exame complementar (um eletroencefalograma ou uma arteriografia).

Uma pessoa em coma também pode ser doadora?

Não. Coma é um estado reversível. Morte encefálica, como o próprio nome sugere, não. Uma pessoa somente torna-se potencial doadora após o correto diagnóstico de morte encefálica e da autorização dos familiares para a retirada dos órgãos.

Como o corpo é mantido após a morte encefálica?

O coração bate à custa de medicamentos, o pulmão funciona com a ajuda de aparelhos e o corpo continua sendo alimentado por via endovenosa.

Quem recebe os órgãos doados?

Testes laboratoriais confirmam a compatibilidade entre doador e receptores. Após os exames, a triagem é feita com base em critérios como tempo de espera e urgência do procedimento.

Quantas partes do corpo podem ser aproveitadas para transplante?

O mais freqüente: 2 rins, 2 pulmões, coração, fígado e pâncreas, 2 córneas, 3 válvulas cardíacas, ossos do ouvido interno, cartilagem costal, crista ilíaca, cabeça do fêmur, tendão da patela, ossos longos, veia safena, pele. Um único doador tem a chance de salvar, ou melhorar a qualidade de vida, de pelo menos 25 pessoas.

Podemos escolher o receptor?

Nem o doador, nem a família podem escolher o receptor. Este será sempre indicado pela Central de Transplantes. A não ser no caso de doação em vida.

Quem são beneficiados com os transplantes?

Milhares de pessoas, inclusive crianças, todos

os anos, contraem doenças cujo único tratamento é um transplante. A espera por um doador, que muitas vezes não aparece, é dramática e adoce também um círculo grande de pessoas da família e de amigos.

Quanto custa um transplante e quem paga?

A família não paga pelos procedimentos de manutenção do potencial doador, nem pela retirada dos órgãos. Cerca de 86% das cirurgias são financiadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A maioria dos planos privados de saúde não cobre este tipo de tratamento, cujo custo pode variar entre menos de mil reais (transplante de córnea) a quase 60 mil reais (transplante de medula óssea).

(Fonte: ONG Adote – www.adote.org.br)



Você pode doar, você pode receber órgãos e tecidos

Por Fernanda Tolves, assistente social da Coordenadoria Hospitalar de Transplantes da Santa Casa de Porto Alegre

O transplante é um tratamento médico que depende da sociedade para existir, ou seja, do doador. Hoje, no Brasil, para ser doador de órgãos e tecidos não é necessário deixar nada por escrito, em nenhum documento. Basta comunicar sua família do desejo da doação, não existindo idade limitante para a doação. A doação de órgãos e tecidos só acontece após a autorização familiar. Os doadores de órgãos e tecidos podem ser vivos, qualquer pessoa saudável que concorde com a doação. O doador vivo pode doar um dos rins, parte do fígado, parte da medula óssea e parte do pulmão, pela lei, parentes até quarto grau e cônjuges podem ser doadores; não parentes, somente com autorização judicial. E podem ser doadores

falecidos, pacientes internados em uma UTI - Unidade de Tratamento Intensivo, com morte encefálica, geralmente vítimas de traumatismo craniano ou derrame cerebral. A morte encefálica por sua vez, será diagnosticada através de exames clínicos e de imagem, conforme resolução do Conselho Federal de Medicina.



A retirada dos órgãos e tecidos é realizada em centro cirúrgico, como qualquer outra cirurgia, não deixando o corpo do doador deformado, sendo possível velar o doador normalmente. Os órgãos e tecidos que podem ser obtidos de um doador falecido são: coração, pulmão, fígado, pâncreas, intestino, rim, córnea, veia, artéria, pele e osso. Os pacientes que necessitam de um transplante ingressam em uma lista única, definida pela Central de Transplantes, órgão da Secretaria Estadual de Saúde, e controlada pelo Ministério Público.

Com frequência encontramos assistentes sociais integrando as Comissões Hospitalares de Captação e desempenhando papel importante no processo de doação-transplante. Dentre as atividades realizadas, destaca-se a importante tarefa de oferecer às famílias enlutadas a possibilidade de doação, a condução do processo desde a entrevista familiar até os encaminhamentos necessários para o sepultamento e realização de atividades educativas para promoção da doação (campanhas). A entrevista familiar é a parte mais delicada da doação, e o assistente social possui habilidades que qualificam a assistência oferecida.

SAIBA MAIS:

www.adote.org.br
www.abto.org.br
Associação Brasileira de Transplante de Órgãos
<http://portal.saude.gov.br/saude/> - Ministério da Saúde/Transplantes

Disque Saúde
Transplantes: 0800 61 1997
E-mail: snt@saude.gov.br

www.einstein.br
Hospital Israelita Albert Einstein

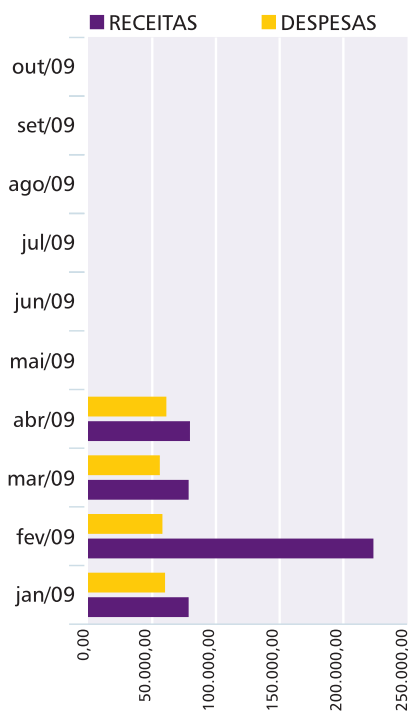
CONSELHO REGIONAL SERVIÇO SOCIAL CRESS - 10ª REGIÃO JANEIRO A ABRIL DE 2009

RECEITAS		
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	420.334,77	91,69%
RECEITA PATRIMONIAL	12.472,21	2,72%
RECEITAS DE SERVIÇOS	25.282,90	5,52%
RECEITAS DE COBRANÇA DE DÍVIDA ATIVA	335,12	0,07%
TOTAL DO GRUPO	458.425,00	100,00%

DESPESAS		
PESSOAL CIVIL	61.661,02	26,28%
DESPESAS VARIÁVEIS	36.760,71	15,67%
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	23.848,81	10,16%
MATERIAL DE CONSUMO	7.608,66	3,24%
SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	21.347,39	9,10%
OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	80.511,38	34,32%
TOTAL DAS DESPESAS DE CUSTEIO	231.737,97	98,77%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	749,78	0,32%
DESPESAS DE CAPITAL	2.132,50	0,91%
TOTAL DO GRUPO	234.620,25	100,00%

SUPERAVIT DO PERÍODO R\$ 223.804,75

	RECEITAS	DESPESAS
jan/09	78.085,09	59.679,53
fev/09	223.198,19	58.087,76
mar/09	78.100,37	55.763,70
abr/09	79.041,35	61.089,26
mai/09		
jun/09		
jul/09		
ago/09		
set/09		
out/09		
nov/09		
dez/09		
SOMA	458.425,00	234.620,25



FORNE: ASSESSORIA CONTÁBIL CRESS - 10ª REGIÃO MAIER CONTABILIDADE E AUDITORIA LTDA. - CRC/RS. 2692

* JANEIRO INÍCIO ARRECADAÇÃO ANUIDADES/2009

Direitos Humanos e Racismo no Brasil

Ao serem comemorados os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e 20 anos de promulgação da “Constituição Cidadã”, percebe-se um avanço frágil em relação à concretização dos direitos da população afro-brasileira no Brasil.

Corroboram esta afirmação os resultados da pesquisa de caráter quantitativo e qualitativo, encomendada pela Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), da Prefeitura de Porto Alegre, e executada pelo Laboratório de Avaliação Social (Labors) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A análise dos dados revelou que a grande maioria das pessoas entrevistadas (96.8%) acredita na existência do racismo no Brasil. Esse dado já foi explorado em pesquisas de âmbito nacional, tais como o recente relatório da ONU sobre direitos humanos no Brasil (2008), em que são apontados os altos índices de discriminação racial na sociedade brasileira.

Além disso, a maioria dos entrevistados respondeu afirmativamente à questão “O racismo interfere ou interferiu na sua vida?”, (55, 2%). Do universo percentual que mencionou ter vivenciado situações de racismo é importante chamar a atenção para o primeiro contexto identificado, qual seja o das situações cotidianas com 66,7% de respostas afirmativas. Este dado evidencia a ocorrência dinâmica do racismo nas relações sócio-raciais brasileiras, ainda que à luz de hipóteses contrárias não ocorram situações de tensão social oriundas do pertencimento racial.

Ressaltam-se, ainda, os indicadores que apontam fragilidades relativas à política de assistência social. Os programas sociais identificados pelos entrevistados integram a Política Nacional de Assistência Social, regulamentada após a promulgação da Constituição Federal de 1988, a partir da sanção da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, em 07 de dezembro de 1993.

Dessa maneira, torna-se evidente que a resposta da política de assistência social não tem sido capaz de incorporar à cidadania uma maioria que sempre esteve à margem das formas de proteção social, dentre os quais figuram os afro-brasileiros (Amaro, 2005; Yasbeck, 2001).

Assim, nunca é demais ressaltar o papel estratégico que devem desempenhar os assistentes sociais na execução das políticas públicas que visam à redução das iniquidades sociais historicamente constituídas no país. Isto porque Amaro (2005) ao refletir sobre a forma como a política de assistência contempla as demandas desse segmento da sociedade, destaca o desconhecimento do trajeto de discriminação e exclusão da população afro-brasileira pelo atores institucionais.

Diante desta perspectiva, torna-se imprescindível uma maior integração

entre a categoria profissional do Serviço Social e os órgãos do Ministério Público e do Poder Judiciário. O primeiro porque possui como missão institucional a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, CF/88) e o segundo, devido ao ativismo que marca sua atuação no controle de políticas públicas, notadamente aquelas relacionadas à saúde, entendida aqui como um direito de prestação positiva por parte do Estado.

A justificativa para que ocorra a referida integração também encontra respaldo constitucional em um dos objetivos fundamentais da República, qual seja promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 2º, IV, CF/88).

Art. 2º - Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. (...) Declaração Universal de Direitos Humanos

Diante disto, torna-se necessário refletir acerca de tais questões à luz dos direitos humanos que, apesar de terem sido elencados em uma Declaração Universal, ainda precisam da luta de toda a sociedade brasileira para que sejam incorporados como algo necessário à realização dos ditames constitucionais.

De fato, não se pode negar que no Brasil, a consolidação destes direitos encontra enormes dificuldades. Nosso passado marcado pela imposição de trabalhos forçados aos indígenas e, de maneira marcante pela escravidão negra, bem como, por um forte autoritarismo que atravancou o processo de fortalecimento da democracia no país, representam importantes entraves para sua efetivação.

Assim, todos aqueles que possuem um papel de destaque para a efetividade dos direitos previstos na Constituição, e conquistados através das lutas de muitos brasileiros, devem refletir sobre suas práticas profissionais a partir de uma dimensão que objetive a eliminação do racismo como um fator impeditivo à afirmação dos direitos humanos.

Dessa forma, o fortalecimento da democracia, como importante elemento para o reconhecimento de direitos, e a eliminação do racismo, como fator que ofende objetivos republicanos fundamentais e, principalmente, a dignidade humana devem nortear as ações dos agentes que atuam na implementação, execução e controle das políticas públicas.

*Adriana Severo Rodrigues,
Integrante do GT de Promoção da Igualdade Racial - CRESS 10ª Região;
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-RIO; Especialista em Direitos Humanos pela Escola Superior do Ministério Público e UFRGS e Bolsista Internacional da Fundação Ford.*

*Vanessa Santos do Canto,
Advogada; Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-RIO.*